

De fidalgo à agudá: A saga da família De Medeiros do Benim¹

From fidalgo to agudá: The saga of the family de Medeiros from Benim

Milton Guran *

Resumo:

Este texto trata da identidade social dos descendentes de traficantes brasileiros estabelecidos na costa ocidental da África e de africanos escravizados no Brasil para lá retornados, conhecidos no Benim, Togo e Nigéria como agudás ou “brasileiros”, tomando como exemplo a trajetória da família De Medeiros, fundada em meados do século XIX por Francisco José de Medeiros, filho do governador português da Ilha da Madeira.

Palavras-chave:

Agudá. Escravidão. Benim.

Abstract:

The text deals with the social identity of the descendants from the Brazilian slave dealers established at the Occidental Africa Cost and the Africans slaved in Brazil that had returned to Africa, known in Benin, Togo and Nigeria as the agudás or the “Brazilians”. The trajectory of De Medeiros family, founded in the middle of the XIX century by Francisco José de Medeiros, son of the Portuguese governor from Madeira Island, is taken as an exemplary case study.

Key-words:

Agouda. Slavery. Benin.

* Milton Guran é antropólogo, pesquisador do LABHOI – Laboratório de História Oral e Imagem e professor visitante do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Autor, dentre outros títulos, de *Agudás – os “Brasileiros” do Benim* (Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira/Ed Gama Filho, 2000).

1. Este texto é resultado de uma pesquisa que se desenvolve no âmbito do Projeto Universal do CNPq, intitulado *Sons e imagens da rememoração*: narrativas e registros das identidades e alteridades afro-brasileira nos séculos XIX e XX, em curso; e contou, ainda, com apoio da Faperj, através do projeto *Memórias, identidades e alteridades afro-brasileira nos séculos XIX e XX*: imagens e sons da rememoração (2008-2010), ambos coordenados pela Prof^a Ana Maria Mauad (LABHOI-UFF).

Sim, foi em Uidá que desembarcaram os primeiros portugueses, isso foi, creio, no século XIII [sic].

Naquele dia, Kpate tinha ido, como de hábito, na sua plantação e bem no meio de sua labuta cotidiana que ele viu um grande navio que seguia uma longa linha de fumaça. Que monstro! Gritou ele, e depois, em voz baixa e inquieta, murmurou: qual é o Deus deste imenso oceano? E como para render homenagem ao Deus desconhecido, ele içou seu “pagne” [sua vestimenta, o pano que lhe envolvia o corpo] na ponta de uma vara e acenou longamente.

Com esse sinal, o navio logo se dirigiu para a costa. Os primeiros europeus acabavam de pisar o solo do Daomé: “zo jê ágüe” (o fogo veio para a terra), exclamou Kpate. Esta última denominação ficará na língua fon para designar os europeus.

Mais tarde, os europeus voltariam e outros mais; e aí começa um comércio insólito: a troca de mercadorias por escravos que só terminará muito mais tarde, por volta de 1848, graças a Victor Shoelcher.²

Nesse meio tempo, Uidá se desenvolveu, construíram-se bairros europeus; um forte português, um bairro brasileiro e um forte francês emergiram da terra.

Os portugueses e os brasileiros se integraram à população e geraram as famílias de origem portuguesa ou brasileira que se perpetuaram dentre as maiores famílias daomeanas de hoje.

Esta é a descrição da chegada dos portugueses à chamada Costa dos Escravos que consta na introdução do manuscrito “Cozinha portuguesa no Daomé”,³ de autoria do beninense Alexandre Martin Cesário de Medeiros, bisneto de Francisco José de Medeiros, filho do governador na Ilha da Madeira e fundador da família De Medeiros do Benim.

A família De Medeiros é uma das mais aristocráticas dentre os agudás do Benim, já que tem sua origem na progenitura oriunda do casamento do fidalgo português com Francisca Sikè Kpève, filha caçula do poderoso Chachá de Souza, o vice-rei do Daomé em Uidá. É

2. Victor Shoelcher (1804-1893), escritor e abolicionista francês, um dos fundadores da Sociedade Abolicionista em 1834, em Paris. Notabilizou-se pela campanha de abolição da escravidão no Caribe.

3. Documento manuscrito, no original intitulado *Cuisine Portugaise au Dahomey*, datado da década de 1980, fornecido por Eve de Medeiros, filha de Alexandre de Medeiros, residente em Paris. Fundo “Agudá”, documentação textual, LABHOI-UFF.

também emblemática de como se construiu essa identidade social de matriz europeia – pelo viés brasileiro – que reuniu descendentes de antigos traficantes brasileiros e africanos escravizados de retorno à África Ocidental, o que representa um fenômeno social bastante raro. Os agudás constituem o único caso conhecido de um grupo social de matriz cultural brasileira longe das nossas fronteiras, sendo ainda singular por se traduzir em uma solução social capaz de unir negreiros e escravizados, superando assim, pelo menos de forma operacional, o estigma da escravidão que pesa sobre as populações que sofreram esse tipo de agressão.⁴

4. O processo de construção da identidade social agudá no Benim é analisado por mim de forma mais completa no livro *Agudás – os “brasileiros do Benim*, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira/Ed. Gama Filho, 2000. Acerca dos agudás, ver ALMEIDA PRADO, J. F., 1954 [1950]. *Les relations de Bahia (Brésil) avec le Dahomey. Revue d’Histoire des Colonies*, Tomo XXI, segundo trimestre, pp. 167-226, Paris. (Traduzida na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio.); BRAGA, J. J. J., 1968. Notas sobre o ‘Quartier Brésil’ no Daomé. *Afro-Ásia*, 6-7, Salvador: Centro de Estudos Afro-Asiáticos/UFBA; CASTRO, Yêda Pessoa de. Notícia de uma pesquisa em África. *Afro-Ásia*, n. 1, Salvador: Centro de Estudos Afro-Asiáticos/UFBA, 1965; COSTA E SILVA, Alberto da. Os sobrados brasileiros de Lagos. *O vício da África e outros vícios*. Lisboa: Ed. João Sá da Costa, 1989a, pp. 9-12; Os habitantes brasileiros de Lagos, 1989b. *O vício da África e outros vícios*, op. cit., pp. 13-18; 1989c. As relações entre o Brasil e a África Negra, de 1922 à primeira guerra mundial. *O vício da África e outros vícios*, op. cit., pp. 25-65; 1994. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. *Studia*, n. 52, Lisboa, pp. 195-220; 2003. *Um rio chamado Atlântico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. CUNHA, Manuela C. da. *Negros, estrangeiros – os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985a; Introdução. CUNHA, Mariano Carneiro da. *Da Senzala ao Sobrado*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1985b; FREYRE, Gilberto. Acontece que são baianos. *Bahia e baianos*. Salvador: Fundação das Artes/Emp. Gráfica da Bahia, 1990 [1962] [1ª edição in: *Problemas Brasileiros de Antropologia*, Rio de Janeiro: José Olympio]; KRASNOWOLSKI, Andrzej. *Les Afro-Brésiliens dans le processus de changement de la Côte des Escalves*. Varsóvia: Ossolineum / Polskiej Akademii Nauk, 1987; LAW, Robin. *Ouidah – The Social History of a West African Slaving “Port” 1727 – 1892*. Athens / Oxford: Ohio University Presse, 2004. James Currey; RODRIGUES, José Honório. The influence of Africa on Brazil and of Brazil on Africa. *Journal of African History*, III, I (1962), pp. 49-67, 1962; ROSSI, David A. The career of Domingos Martinez in the Bright of Benin 1933-64. *Journal of African History*, VI, I, pp. 79-90, 1965; TURNER, Michel Jerry. *Les Brésiliens – The impact of former Brazilian slaves upon Dahomey*, tese de doutorado em História, Boston University, 1975; VERGER, Pierre. *Influence du Brésil au Golfe du Bénin. Les Afro-Américains – Memoires de l’Institut Français de l’Afrique Noire*, n. 27, pp.11-101, 1953. DAKAR, *Flux et reflux de la traite de nègres entre le Golfe du Bénin et Bahia de Todos os Santos du XVIIè. Au XIXè. Siècles*. Paris/La Haye: Mouton & Co, 1968; Os *Libertos*. São Paulo: Corrupio, 1992. Sobre a relação traficante/escravo, ver MEILLASSOUX, Claude. *Anthropologie de l’esclavage. Le ventre de fer et d’argent*. Paris: Presses Universitaires de France, 1986.

Ser agudá no Benim

No Benim, Togo e Nigéria são conhecidos como agudás, ou “*brésiliens*”, os descendentes de traficantes brasileiros ou portugueses que se instalaram naquela região ao longo dos séculos XVIII e XIX e dos africanos escravizados no Brasil que para lá retornaram ao longo do século XIX. Incluem-se nesse grupo os antigos escravos a serviço desses traficantes e dos retornados, que assimilaram a cultura e até os sobrenomes dos seus senhores, como esses haviam feito com os seus senhores no Brasil. Todos possuem, então, patronímicos de origem portuguesa, o que permite a sua identificação de imediato. No Togo atual, são também chamados de agudás os membros das colônias libanesa, síria e indiana;⁵ e, na Nigéria do século passado, essa designação incluía os católicos em geral.⁶ Também se integraram nesse grupo diversas famílias de outras nacionalidades, inclusive francesas, que viviam na região no século XIX, quando era mais forte a influência dos agudás.⁷

A palavra agudá tem provocado controvérsias mas é, muito provavelmente, uma transformação da palavra “ajuda”, bastante conhecida na região por ter sido, até o século XIX, a designação mais corrente em português da cidade de Uidá, onde se situa o Forte Português de São João Batista da Ajuda. Construído na virada do século XVII para o XVIII e hoje transformado em Museu Histórico, esse forte era português só no nome, já que foi construído por iniciativa dos traficantes baianos, que forneciam a sua guarnição e pagavam os custos de manutenção. Além disso, era ligado administrativamente ao Vice-Rei do Brasil até 1822, quando passou a depender do governador de São Tomé e Príncipe.⁸

Os primeiros agudás foram os traficantes brasileiros e portu-

5. O primeiro presidente do Togo, considerado o “Pai da Pátria”, foi um agudá, Sylvanus Olympio, derrubado e executado em 13 de janeiro de 1963 por um golpe de estado que levou ao poder o general *Étienne Gnassingbe Eyadema*, que governou o país por décadas até a sua morte, tendo sido sucedido por um de seus filhos, atualmente no poder. Os agudás, desde então, apesar de sua sólida inserção na sociedade, são frequentemente apontados como “estrangeiros”, o que é reforçado pela associação com esses demais grupos sociais que são efetivamente imigrantes de diversas matrizes culturais.

6. CUNHA, M., op.cit. p.189

7. Um dos casos mais marcantes é da família Oliveira/Olivier, descendentes de Olivier de Montalguère, que foi comandante do forte francês de Uidá no século XVIII (GURAN, op. cit. p.17)

8. MATTOSO, K. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1982], p.34; VERGER, P., 1968, op.cit. pp140-1.

gueses estabelecidos em Uidá, cuja figura mais emblemática deste momento é, sem dúvida, o futuro Chachá Francisco Felix de Souza, que chegou à região para trabalhar no forte português, antes de se dedicar ao tráfico. Ele já era um negreiro poderoso quando se associou ao príncipe Gapké para derrubar do trono Daomé o irmão deste, o temível rei Adandozan. Francisco F. de Souza fez-se, então, irmão de sangue do futuro rei, que assumiu o trono com o nome de Guêzo em 1818. Souza foi feito vice-rei do Daomé, com o título de Chachá, e ganhou o monopólio do comércio exterior do reino. Isto lhe permitiu atingir a condição, segundo seus contemporâneos, de um dos maiores traficantes e um dos homens mais ricos do mundo na sua época.⁹ Sua descendência constitui uma das mais extensas famílias africanas, presentes em diversos países africanos. Atualmente, a família é chefiada por Honoré Feliciano Julião de Souza, o Chachá VIII, entronizado em 1996.¹⁰

9. GURAN, op.cit. pp 21 e seguintes.

10. VERGER, op.cit.; GURAN, op.cit.; COSTA E SILVA, A. *Francisco Félix de Souza, Mercador de Escravos*. Rio de Janeiro: EDUERJ-Editora Nova Fronteira, 2004; e LAW, op.cit.



FOTO 1

Retrato de Francisco Feliz de Souza, exposto no salão nobre de Singbomey, em Uidá, em 2010. É uma recriação bastante fantasiosa, feita a partir de um retrato póstumo realizado no começo do século XX.

Apesar de não ter poder político formal, o Chachá VIII mantém uma certa autoridade em Uidá – é quem entroniza os chefes das famílias locais – e tem posição de destaque na sociedade beninense atual. Afora isso, há sempre algum Souza próximo ao poder. D. Isidore de Souza, então bispo de Cotonu, foi quem conduzir a conferência nacional das Forças Vivas da nação, responsável pela transição política do regime marxista para o regime democrático. O próprio General Mathieu Kerekou, presidente do Benim por 29 anos, em dois períodos distintos, é casado com uma De Souza, da mesma forma que o atual presidente do país, Thomas Yayi Boni. A propósito, o presidente Nicephore Soglo, que sucedeu à Kerekou no seu primeiro mandato e hoje é o prefeito de Cotonou, também é casado com uma agudá, da família Vieyra, o que sinaliza para a importância dos agudás na vida política e social do país.

Como vimos, os agudás já estavam presente e assim nomeados naquela costa desde pelo menos os finais do século XVII, mas foi em meados do século XIX que ganharam maior densidade populacional, com um retorno expressivo de antigos africanos escravizados àquela costa, muito em função da repressão à Revolta do Malês, em 1835 na Bahia.¹¹ Esta teve efeito importante nesse processo de retorno, por ter deportado muitos africanos para lá, dando visibilidade às possibilidades de trabalho naquela região da África em um momento que o mercado baiano se fechava mais e mais para os africanos libertos que, além de contaminados pelo estigma da Revolta, sofriam a concorrência de uma nova leva imigrantes portugueses.

No lado africano, por sua vez, o momento era favorável aos retornados, já que o reino do Daomé, principal potência da região, via agravar-se a crise com a proibição do tráfico negreiro, sua principal fonte de renda. Os ingleses, instalados em Lagos, na vizinha Nigéria, asfixiavam o tráfico com a apreensão cada vez mais frequente de navios negreiros, ao mesmo tempo em que o Império brasileiro, também pressionado pelos ingleses, avançava no sentido da proibição total do tráfico atlântico, o que aconteceu em 1852, com a Lei Euzébio de Queirós.¹²

No entanto, aquela região da África contava com um produto bastante valorizado pela economia europeia, em pleno processo de industrialização: o óleo de palma, conhecido no Brasil como azeite de dendê, um poderoso lubrificante vegetal. Para responder a essa demanda, o reino do Daomé precisa, sobretudo, de mão de obra capaz de assegurar a produção e comercialização do produto, ou seja, de pessoal com domínio dos códigos ocidentais de trocas econômicas, a começar pela língua.¹³

Estavam aí criadas as condições objetivas para a absorção dos

11. LIMA, Mônica. *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil, 1830-1870*, Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense; REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil – A história do levante dos malês* (1985). São Paulo: Brasiliense, 1987 [1986]; VERGER, 1968, op.cit.

12. Essa situação ficou absolutamente crítica com a entrada em vigor do *Slave Trade Suppression Act ou Aberdeen Act*, como ficou conhecida no Brasil a lei, promulgada em 8 de agosto de 1845, que autorizava a marinha britânica a atacar e apreender embarcações suspeitas de tráfico negreiro para o Brasil, legalizando assim, aos seus olhos, uma prática de décadas.

13. A primeira escola formal da região foi instalada em Uidá pela Missão Católica de Lyon, em 1862, mas ensinava em português, já que era voltada exclusivamente para os agudás, visto que os súditos do Daomé eram formalmente proibidos de frequentá-la (Guran, op. cit., p. 17)

africanos de retorno do Brasil. Estes libertos de retorno, apesar de não serem tão numerosos, faziam a diferença pelos atributos da sua experiência pregressa. Eram africanos que, tendo sofrido longo período de escravidão, souberam se sobrepor a todas as adversidade para comprar sua liberdade e acumular capital suficiente para financiar a viagem de volta e a implantação de algum tipo de negócio. Eram mestres de obras, pedreiros, carpinteiros, marceneiros, alfaiates, alguns tinha trabalhado como capatazes ou gestores de pequenos negócios, na sua maioria alfabetizados e com pleno domínio dos códigos da cultura ocidental. No entanto, ao chegarem de volta à sociedade que os havia escravizado, sofreram forte discriminação, já que o estigma da escravidão é inapagável nas sociedades onde foi produzido, como demonstra Meillassoux.¹⁴

É nesse momento que os retornados lançam mão da experiência do tempo vivido na escravidão para construir uma nova identidade social, que os colocava juntos com os primeiros agudás. Sabemos que a identidade social se constrói por oposição ao outro, de forma permanente e até cumulativa¹⁵ e se estrutura, principalmente, a partir da origem, da língua e da maneira de se compreender o mundo. Assim sendo, os retornados alegam não serem mais os mesmos africanos que eram quando foram escravizados, que “nasceram de novo” no Brasil, que falam português e que são católicos ou muçulmanos. Desta forma, habilitavam-se a fazer parte dos agudás e, por serem africanos, eram designados pelos demais africanos como “aqueles que têm maneiras de branco”.

A cultura agudá no Benim

Essas ditas maneiras de branco eram, na verdade, a face mais visível da cultura de matriz europeia que iria, ao longo do século XX, se impor ao continente africano. Os retornados, que passaram a constituir a maioria dos agudás, tinham assimilado os códigos dessa cultura no Brasil e, apesar da vivência popular, como veremos adiante, tinham como modelo certamente as elites baianas da época. Isso se traduz não só na forma de se vestir, mas também de morar, de se comportar em público, na culinária, na religião e, naturalmente, na forma de pensar e de perceber o mundo. Além de africanos, os agudás eram também “brasileiros”, ou seja, estavam inscritos na cultura ocidental que se tornaria dominante na África a partir do final dos Oitocentos.

14. Op.cit.

15. BARTH, Fredrick. Les groupes ethniques et leurs frontières. In: Poutignat & Streiff-Fenart, *Théories de l'éthnicité*, Paris: PUF, 1995 [1996]; CUNHA, M., op.cit.

Um dos principais marcadores de identidade a garantir a coesão social dos agudás foi o uso da língua portuguesa, tão importante para o comércio internacional da época e corrente em toda aquela costa até a implantação do sistema colonial francês, no final do século XIX, como registrou Elisée Reclus na sua *Géographie Universale* (1887), citado por Verger.¹⁶ Desde então o uso da língua portuguesa, que já tinha sido até ensinada por religiosos franceses, como vimos, passou a ser proibido. No entanto, muitas palavras de origem portuguesa entraram para as línguas locais, notadamente aqueles que designam móveis e utensílios domésticos (como garfo e saia, que em fom se diz *garfou* e *saia*, por exemplo) ou ligados ao culto católico (em fom, Natal é *Natà* e confissão é *konfesáun*, por exemplo), ou seja, expressões que remetem diretamente à cultura europeia que tinha chegado principalmente por intermédio dos agudás mas que começa a se impor pela colonização francesa.¹⁷ Entre os agudás até hoje são utilizadas palavras e expressões em português, como um marcador de identidade. A mais comum delas é o cumprimento “bom dia, como passou”, que tem como resposta “Bem, ‘brigado”.¹⁸

16. 1953, op.cit.

17. Cf. RASSINOUX, Jean, 1987. *Dictionnaire Français-Fon*, Saint-Etienne (Fr.): Imprimerie Dumas; e SEGOUROLA, R. P. B., 1968 [1963]. *Dictionnaire Fon-Français* (2 vol.), Cotonu.. Ver também BRAGA, J. S., op.cit; e CASTRO, Y. P. op.cit.

18. A persistência da utilização de palavras e expressões em português pelos agudás do Benim e do Togo é objeto de uma pesquisa intitulada “Falares Luso-Brasileiros no Benim e no Togo”, no âmbito do citado projeto *Sons e imagens da rememoração: narrativas e registros das identidades e alteridades afro-brasileira nos séculos XIX e XX*.



FOTO 2

Desfile agudá pelas ruas de Porto Novo após a celebração da missa de N.S. do Bonfim, em 2010.

Foto de Milton Guran

Também se canta em português no folguedo da Burrinha, muito popular no sul do Benim, apresentado principalmente por ocasião da celebração do N. S. do Bonfim, realizado em janeiro, como na Bahia. Essa celebração, que ocorre ainda hoje nas cidades de Porto Novo e Uidá, é o grande momento de encenação pública da identidade agudá. Na saída da missa solene dedicada ao N. S. do Bonfim, em Porto Novo, os agudás promovem um desfile pela cidade portando bandeiras brasileiras, e cantando em português velhas canções que remontam ao tempo da escravidão no Brasil.¹⁹

Outro grande marcador de identidade agudá é a culinária, um fazer social de suma importância em qualquer cultura, mas particularmente marcante dentre os povos da região. A contribuição mais importante aportado pelos agudás foi, com toda certeza, a difusão da cultura da mandioca e do milho, que hoje está na base da alimentação não só dos povos daquela região como de toda a África subsaariana. Outras plantas e legumes que encontramos no Brasil, embora nem sempre sejam daqui originárias, como o sapoti, a goiaba, o abacaxi e

19. Uma etnografia mais completa dessas celebrações encontra-se em Guran, 2000, op.cit.

o caju, foram levadas para aquela região pelos primeiros navegadores portugueses e pelos agudás.²⁰

De fidalgo à agudá:
A saga da família De
Medeiros do Benim



FOTO 3

Mulher agudá produtora e vendedora de “concada”, em Lomé, capital do Togo, em 2010.

Foto de Milton Guran

Dentre os pratos mais consumidos, estão a feijoada, feita com algumas adaptações, o cozido e a moqueca, esses dois exatamente iguais aos originais. Também é muito usado na cozinha beninense em geral o molho de tomate e cebola que, por sinal, é conhecido nas línguas locais como “môio”. No que toca à sobremesa, é muito comum um doce feito de mamão verde, sintomaticamente chamado “*dossi*”. Outros itens que entraram para a cultura local e chegam a ser vendidos nas ruas de Cotonou é a chamada “concadá”, na sua versão original e sob a forma do nosso pé-de-moleque, e a tapioca.²¹

20. COSTA E SILVA, 1989 a; e RODRIGUES, op.cit..

21. Esses e outros pratos estão descritos, com as suas respectivas receitas, no manuscrito de Alexandre de Medeiros (op.cit.) e em SANVI, Anne-Marie Clementine, 1977. *Les métis et les Brésiliens dans la colonie du Dahomey 1880-1920*, dissertação de *Maîtrise* em História, Université Nationale du Bénin, Cotonou.



FOTO 4

A Grande Mesquita de Porto Novo, construída no começo do século XIX sob as ordens do agudá Ignácio Paraíso, reproduz o estilo arquitetônico de uma igreja baiana, o modelo dos construtores retornados da Bahia.

Foto de Milton Guran (2010)

Pode-se dizer que os agudás estão na origem da introdução da cultura ocidental na chamada Costa dos Escravos. A primeira igreja, por exemplo, foi construída por um retornado, Joaquim de Almeida, dito Joki, que é considerado também o introdutor do cultivo da mandioca na região do atual Togo.²² E foi também pelas mãos dos agudás, principalmente dos retornados, que a região conheceu construções de alvenaria, sendo que a primeira construção de sobrado teria sido a residência do Chachá I, chamada justamente de Singbomey, porque “singbo” quer dizer sobrado. Na mesma ocasião, ele mandou construir outro sobrado na entrada do palácio do rei Guêzo, em Abomé, que foi chamado de Singboji e existe até hoje. As cidades de Uidá, Porto Novo, Agué, Grande Popo, todas no litoral sul do Benim, ostentam belos edifícios comerciais e residenciais em estilo dito afro-brasileiro que datam da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Na cidade de Agué, que foi um forte reduto agudá no século XIX, encontra-se um cemitério onde todas as lápides ostentam nomes

22. GURAN, op.cit. pp 85-7; VERGER, 1002, op.cit.

de origem portuguesa. Lá estão sepultados eminentes agudás, como o referido Francisco José de Medeiros e Silvanus Olympio e sua esposa, cujos túmulos permanecem anônimos, sem lápide ou qualquer outra inscrição, segundo consta por exigência do governo do vizinho Togo.



FOTO 5

Túmulo de Francisco J. de Medeiros no cemitério agudá de Aguê. A lápide traz os seguintes dizeres, em português: “Francisco José de Medeiros nascido em Funchal 28 de junho de 1817 falecido (sic) em Ouidah 13 de julho de 1875 Sempre lembrado de (sic) seu filhos”.

Foto de Milton Guran (2010)

A representação de si, não por acaso, funcionou como um dos indicadores de identidade mais explícitos, como demonstram o costume agudá de expor, nas salas de visita de suas residências, os retratos dos fundadores e de várias gerações de parentes. Assim, ao que parece, eles procuram demonstrar que já eram “evoluídos” – partidários da cultura de matriz europeia – antes que a colonização francesa impusesse essas “maneiras de branco” a toda a população. Além disso, o retrato é, no dizer de Gisèle Freund,²³ “um desses atos simbólicos pelos quais os indivíduos da classe ascendente tornam visíveis a eles mesmos e aos outros a sua ascensão e se classificam entre aqueles que desfrutam da consideração social”. Os retratos dos integrantes da família De Medeiros que integram este texto são um bom exemplo disso e serão comentados mais adiante.

23. FREUND, G., *Photographie et Société*, Paris: Seuil, p. 11

A saga da família De Medeiros

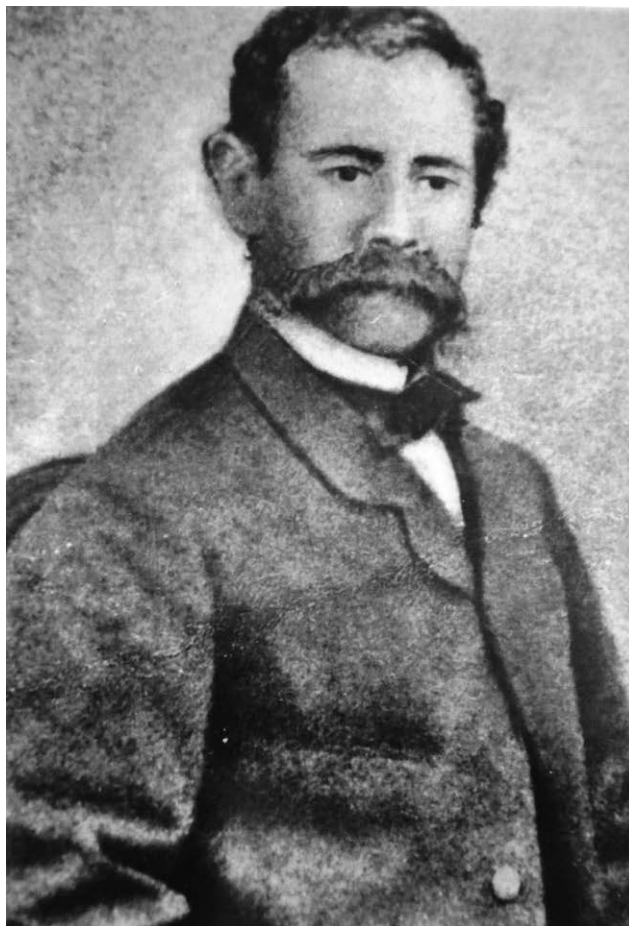


FOTO 6

Francisco de Medeiros, s/d (provavelmente por volta de 1873).

(Acervo Eve de Medeiros)

O fundador da família De Medeiros do Benim era um português de origem fidalga, vindo da província da Ilha da Madeira, que, segundo consta, era governada por seu pai.²⁴

24. Entrevistas com a Sra. Francisca Berthe Djidé Patterson, *née* De Medeiros, e o Sr. Francis d'Almeida em 25 de setembro e 12 de fevereiro de 1995 e 19 de fevereiro de 1996, em Porto Novo. Agradeço vivamente a Sra. Blandine Legonou-Fanou, socióloga

Capitão e proprietário de navio, Francisco José de Medeiros fazia regularmente a rota entre a Europa e a África, onde se instalou por volta de 1850. Estabeleceu-se primeiro em Gana, mas pouco se conhece de suas atividades por lá, exceto que se casou com uma mulata, com quem teve um filho, João, cuja descendência se encontra atualmente no Benim. Ainda nos anos cinquenta, ele se instala em Anecho e depois em Aguê para fazer o tráfico de escravos e o comércio de óleo de palma. Casa-se então com uma princesa local,²⁵ mãe de sua filha Charlotte, futura Sra. Costa Soares, outra família agudá ilustre.

Entre os portugueses estabelecidos nesta região, F. J. de Medeiros é aquele que construiu a posição mais sólida, o que permitiu à sua família desempenhar um papel de primeira ordem na vida econômica e política do antigo reino do Daomé e na República do Benim durante mais de um século. Ele possuía, segundo as fontes de Turner,²⁶ uma enorme plantação de dendezeiros para produção de óleo em Aguê, onde trabalhavam inúmeros escravos, aos quais, aliás, ele permitiu que usassem o seu sobrenome. Estes são a origem do ramo De Medeiros de Aguê, o qual se encontra perfeitamente integrado à família, o que nem sempre é o caso em todas as famílias agudás. “Na minha família”, explica a Sra. Patterson, *née* De Medeiros, que é bisneta de Chachá de Souza e, portanto, fala das duas famílias ao mesmo tempo, “nós temos muita gente que nós chamamos de tio ou tia, mas na nossa educação aprendemos que são na verdade descendentes de escravos. Sabe-se, mas somos proibidos de falar disto, de insultá-los, de agredi-los com palavras duras. Devemos ter consideração por eles porque eles participaram à vida da família. Eles participaram do engrandecimento da casa e do enriquecimento da família. Portanto, nós lhes dedicamos todo o respeito que lhes devemos. Mas sabe-se que não são laços de sangue que nos unem”.

Era a época em que o tráfico de escravos para Cuba e os Estados Unidos ainda era possível,²⁷ e Francisco José, que falava bem inglês, tornou-se o principal fornecedor de escravos e de óleo de palma para o

do *Centre Béninois de la Recherche Scientifique et Technique*, que generosamente se dispôs a compartilhar comigo os dados de sua pesquisa sobre as famílias “brasileiras” de Uidá, dentre as quais a De Medeiros. As fotografias pertencentes ao Acervo de Eve de Medeiros apresentadas a seguir foram obtidas por ocasião da entrevista concedida por Francisca e Eve de Medeiros a Milton Guran e Ana Maria Mauad, em 15 de novembro de 2008, em Paris.

25. Entrevista com a Sra. Patterson.

26. TURNER, *op.cit.* p.126

27. Ver COSTA E SILVA, 1989c, *op.cit.* pp 41-46, e 1994, *op.cit.* p. 208.

mercado americano.²⁸ De fato, segundo um inventário de R. F. Burton, Francisco José de Medeiros é dado como nascido nos Estados Unidos, o que é considerado por Turner e por Almeida Prado,²⁹ mas não pela tradição familiar. De qualquer forma, o mercado americano deu-lhe meios para desembarcar em Uidá e desenvolver suas atividades em estreita colaboração com a família De Souza. Casa-se com a filha caçula de Dom Francisco Félix de Souza, Francisca “Sikè Kpèvi” (Foto 7), com quem teve três filhos (Fotos 8 e 9): Leopoldo (1863), Cândida (1865) e Cesário (1867).³⁰ Os estreitos laços entre as famílias De Medeiros e De Souza introduziram Francisco José junto às autoridades de Abomé, e abriram-lhe novas oportunidades comerciais. Seu prestígio e sua fortuna aumentam consideravelmente e ele se torna um dos personagens mais influentes da comunidade “brasileira” de Uidá. As louvações de Francisco José, originalmente em iorubá, a língua mais difundida entre os agudás, datam desta época. “O cavalheiro que tem o andar nobre e orgulhoso / que é tão bonito que as moças se atiram sobre ele / e quando ele toma banho na lagoa cada uma lhe oferece o sabão, pega o meu / quando a gente o vê, tem desejo de casar com ele...”³¹

28. ALMEIDA PRADO, op.cit. p.191

29. Almeida Prado, op. cit.

30. SOUZA, Simone de, 1992. *La famille De Souza du Bénin-Togo*, Cotonou: Les Editions du Bénin. Pp. 241-2

31. Segundo a Sra. Patterson.



FOTO 7

Sra. Francisca Siké Kpêve De Medeiros, com seu filho Cesário (cerca 1873). Acervo Sra. Francisca Patterson

Locus:
revista de
história,
Juiz de Fora,
v. 18, n.02
p. 59-86, 2013



FOTO 8

Leopoldo e Cesário de Medeiros. Acervo da Sra. Francisca Patterson

Ao observarmos os retratos de Francisca e de seus filhos, verificamos que se apresentam com pessoas abastadas, seguindo à risca os códigos de representação da elite brasileira e da burguesia francesa de então. Como não há registro de uma viagem de Francisca com os filhos à Europa é quase certo que a sua fotografia com Cesário tenha sido realizada na África, provavelmente no mesmo momento e pelo mesmo fotógrafo que registrou Francisco José (Foto 6), que demonstra ser, pela sua obra, um profissional perfeitamente familiarizado com a produção fotográfica europeia da época. De resto, a comunidade agudá

em 1873 – data em que, segundo consta, foi feita a foto, quando Cesário tinha cerca de cinco anos – era suficientemente próspera para justificar os custos de viagem de um fotógrafo. Esta imagem foi reproduzida de uma ampliação relativamente recente do original retocado pelo autor, segundo a técnica da época. O simples fato de se fazer retratar, na África oitocentista, sentada em uma cadeira com o seu filho nos joelhos já demonstra um alto padrão de vida e uma concepção de vida social e de sua representação absolutamente europeias. Francisca apresenta-se fora dos padrões de representação das mulheres africanas, está de vestido, e não de *pagne*, tem os cabelos alisados, sem tranças ou panos enrolados à africana, mantém a cabeça desguarnecida de chapéu porque está em casa, ou seja, representa-se “como uma branca”. O pequeno Cesário, de pele bastante clara, veste-se como um menino rico da sociedade ocidental. Aliás, o próprio cenário da fotografia, pintado pelo autor, procura justamente dar a impressão de riqueza e de sobriedade burguesas.

Já as fotografias de Lepold e Cesário e a de Cândida com o marido e a filho, apresentadas mais adiante, foram certamente produzidas na Europa, provavelmente na França, provavelmente nos primeiros anos do século XX. Seguem, aliás, os padrões de representação de si da burguesia culta da época. Vê-se bem, pelos trajes e pela postura, que são pessoas que são abastadas e sofisticadas, ou, pelo menos, o são o suficiente para se fazer representar assim. Por tudo, demonstram ser pessoas sintonizadas com a cultura europeia e não com a cultura africana da sua época.



FOTO 9

Cândida Béraud, née De Medeiros, com seu esposo Achilles Béraud e a filha Clotilde, s/d. Acervo Sra. Francisca Patterson

Ao contrário de outros “brasileiros” que não puderam suportar a concorrência e todas as transformações impostas pela penetração colonial francesa, a família De Medeiros soube se conduzir neste período de incertezas. Cândida, filha de Francisco José e de Francisca de Souza, casou-se com um mestiço de Porto Novo, filho de francês, chamado Achile Beraud. Este comerciante tinha uma posição de destaque na cidade e foi encarregado pelo coronel Dodds, comandante das tropas invasoras francesas, de organizar e comandar pessoalmente as forças

do rei de Porto Novo na guerra contra Behanzan, rei do Daomé. Os De Medeiros de Porto Novo se encontravam nesta luta lado a lado com outros “brasileiros”, como os Gonçalves, que apoiaram decididamente a implantação do segundo protetorado francês na cidade.³²

Existe ainda um outro ramo da família que era ligado ao rei do Daomé. Trata-se de Júlio de Medeiros, também filho do fundador da família, que teve papel relevante na resistência daomeana contra a invasão francesa. Júlio era representante comercial da empresa alemã Goeldt, através da qual estabeleceu contatos com um certo Barth, agente suíço-alemão instalado em Lagos. Por intermédio deste, segundo Turner,³³ ele forneceu ao rei Behanzan 800 fuzis e mais de 15.000 cartuchos de munição. Em 1891, em um dos momentos mais cruciais da guerra entre o reino fom e a França, Júlio de Medeiros conseguiu fazer chegar aos exércitos africanos mais de 5.000 fuzis com a respectiva munição e dois canhões, transportados diretamente de Berlim a Abomé.

Uma vez terminada a guerra, com os franceses instalados no país e a família De Souza enfraquecida pelas suas relações com o rei de Abomé, coube a um outro Medeiros intermediar as relações entre a comunidade comercial africana de Uidá e o novo poder colonial. Foi Sr. Jean de Medeiros, representante juntamente com os Srs. Lima e D’Almeida da maior companhia comercial de Uidá afora as europeias, quem assumiu estas funções. Ele organizou a grande recepção feita ao governador da Colônia quando de sua visita à Uidá em 1895 e estimulou a comunidade “brasileira” a declarar publicamente seu apoio à administração francesa. Considerado officiosamente como um dos conselheiros do Sr. Coly, o Residente francês de então, ele se tornou uma espécie de porta-voz dos africanos junto ao poder colonial, e vice-versa.³⁴

No entanto, os De Medeiros, como a maioria dos “brasileiros”, perderam muito da sua privilegiada posição comercial na medida em que os franceses iam organizando, a partir de Porto Novo, o que se tornaria em breve a colônia do Daomé. Eles conservaram, não obstante, uma certa importância social, e representam até os nossos dias uma espécie de elite no país. O primeiro africano de expressão francesa a formar-se em medicina na França foi, não por acaso, o Sr. Virgílio de Medeiros, bisneto do Chachá, filho de Leopoldo de Medeiros e Délia

32. Turner, op.cit. p.309

33. Op.cit. pp 304-5

34. TURNER, op.cit., pp 330-1

Olympio, da poderosa família agudá de Aguê. Casado ele também com uma “brasileira”, Virgine Angelo, o Sr. De Medeiros concluiu seus estudos em 1925 na Faculdade de Medicina de Bordeaux. Após a independência da colônia do Daomé, em 1960, ele se tornou o primeiro africano a dirigir os serviços de saúde do país. Sua popularidade levou-o a se candidatar nas eleições presidenciais de 1965, não tendo obtido, entretanto, uma votação significativa. Seu fraco desempenho teria se dado, segundo ele próprio, pelo preconceito de que foi objeto seu sobrenome de origem estrangeira e a cor de sua pele.³⁵ Embora africano, aos olhos dos seus compatriotas ele não o era o bastante para ser chefe de Estado. Paradoxalmente, um dos seus primos, com sobrenome brasileiro e também um pouco mais claro de pele, conseguiu se impor como o primeiro presidente da vizinha República do Togo, para ser ele também discriminado e finalmente, por razões outras, assassinado durante o mandato, como já tivemos oportunidade de mencionar.



FOTO 10

Cesário de Medeiros, provavelmente em companhia de sua quinta esposa, Funti Emmanuella Azontonagnon. Acervo Eve de Medeiros

Uma grande parte dos De Medeiros fixaram-se fora do Benim, principalmente na França, e acabou saindo de Cesário de Medeiros, o caçula de Francisca Sikè Kpève, o ramo da família com maior visibilidade no seu próprio país nos últimos cinquenta anos. Ele se casou cinco vezes, e morreu em Lomé, no Togo, em 1933, deixando onze filhos, sendo dois póstumos. Com a primeira esposa Accrombessi Domingo, teve dois filhos, Eugène e Charles. Da segunda esposa, Marykian Araoudjou, teve mais dois, Ignacio e Francisco. De Marie Adikou Zounon, sua terceira esposa, teve Fausta, Jovino e Jérôme, e da quarta, Christina Grimaud da Silva, teve apenas uma filha, Antoinette, conhecida como “Poupou”. Finalmente, do seu último casamento, com

Funti Emmanuella Azontonagnon, nasceram Francisca Berthe Djidpe de Medeiros, Léon de Medeiros e Alexandre Martin de Medeiros, conhecido como “Tintin”, um dos filhos póstumos.³⁶

A sua primogênita Francisca foi, na verdade criada pela tia Cândida Béraud, que tinha uma filha, Clotilde, de mesma idade que ela. Cândida tinha uma posição proeminente na sociedade colonial por ser casada com um dos artífices da vitória militar francesa contra o rei do Daomé, Achilles Beraud. Além disso, soube aproveitar-se da experiência familiar como fabricante de pão, tornando-se dona da principal panificadora de Porto Novo, onde era mais forte a freguesia, já que concentrava o maior número de francesas da colônia. Na verdade, entre as famílias que, ao longo do tempo, se colocaram sob a proteção de Francisco José e de seus descendentes, encontra-se a fundada por Olipon das Neves, um fomo que foi escravo no Brasil, onde aprendeu o ofício de padeiro. Quando do seu retorno à África, Olipon foi recebido pelo fundador da família De Medeiros, que o instalou no bairro Zomaí, um dos domínios do Chachá em Uidá³⁷. A família De Medeiros considera-se então, por intermédio de Olipon, a pioneira na produção de pão nesta Costa. Em 1930, Cândida e Achilles construíram, ao lado da velha padaria, uma das mais belas edificações de Porto Novo, na melhor tradição de construtores dos agudás, para lhes servir de residência e, no rés do chão, abrigar a padaria, que funcionou a pleno vapor até o final do século passado. Eram, seguramente, parte da elite econômica e social da capital da Colônia.

36. SOUZA, op.cit. pp. 241-2

37. TURNER, op.cit. p.128



FOTO 11

Atual residência da Sra. Patterson, em Porto Novo, inaugurada em 1930, onde funcionava, no térreo, a padaria da família.

Foto de Milton Guran

Clotilde, filha de Cândida e Achilles, casou-se com o Victor Patterson, de origem nigeriana, tendo falecido sem lhe dar herdeiros. Victor, então, casou-se em segundas núpcias com Francisca, herdeira dos bens e das tradições dos De Medeiros, e teve com ela três filhos: Clotilde Chantal Béatrice e Estelle Carmen Candida, que vivem em Paris, e Achilles, que vive em Porto Novo com a mãe, viúva há muitos anos. A Sra. Patterson, como é atualmente conhecida, é uma das mais proeminentes figuras da comunidade agudá do Benim e, virtualmente, a chefe atual da família De Medeiros. Foi durante muitos anos a representante da Cruz Vermelha Internacional do país, o que lhe permitiu conhecer inúmeros países europeus e africanos, e teve intensa participação política, embora sem desempenhar qualquer mandato ou função direta na administração do Estado. É, a justo título, considerada um baluarte da cultura agudá.



FOTO 12

Sra. Francisca Patterson no salão do seu sobrado em Porto Novo, em 1995
Foto de Milton Guran

Na foto 12, a Sra. Patterson aparece no salão de sua casa, em Porto Novo, em fevereiro de 1996. Ela se apresenta de vestido, feito de tecido africano, é verdade, mas não vestida em *pagne*, além de se pentear à europeia, sem tranças ou pano na cabeça. Pode-se verificar, apesar das limitações técnicas da fotografia, que a cor da sua pele é nitidamente mais clara do que a da população africana em geral, o que ocorre em vários graus entre os agudás.

O salão em que ela se encontra está dividido em dois ambientes: sala de visitas, visível na foto, e uma sala de jantar, escondida por um biombo, no fundo à esquerda da imagem. Na sala de visitas, cuja entrada se encontra à direita e as janelas à esquerda, ambas fora do quadro, há um tapete que delimita o lugar ocupado pelas poltronas dispostas em torno de uma mesa de centro. Esta mesa, coberta por uma toalha bordada, está decorada com um vaso de flores, colhidas por sinal no jardim da própria casa. Entre as poltronas, encontram-se ainda outras mesinhas como aquela que aparece em primeiro plano. Na parede à direita, em frente das poltronas, está exposto o retrato da tia da Sra. Patterson, Cândida de Medeiros, com seu marido e sua filha, todos elegantemente vestidos à europeia e dispostos na pose consagrada à representação da família burguesa no começo do século, como já comentamos. Esta ampliação em preto-e-branco, em formato 40x50cm, foi feita em Paris há pelo menos 80 anos e, no entanto, se

encontra em perfeito estado, o que atesta sua alta qualidade. Atrás da Sra. Patterson na foto, pode-se ver o retrato de seu finado marido em paletó e gravata, disposto sobre um pequeno móvel, onde se encontra outro vaso de flores. A organização rigorosa deste espaço doméstico traduz a maneira como é utilizado, um exemplo de “maneiras de branco” em uma sociedade africana.

O filho caçula do quinto casamento de Cesário, Alexandre Martin Cesário, apelidado de “Tintin”, nasceu quando o pai já havia falecido, em 11 de novembro de 1933, na cidade de Uidá, sob a proteção do seu primo Roberto Norberto de Souza, o Chachá VI. Aos 18 anos foi estudar engenharia na França, onde já se encontrava seu irmão Léon, ambos beneficiários da política francesa de formar na metrópole as elites das antigas colônias. Formou-se em engenharia civil e era, segundo a família, um homem alegre e aventureiro, que gostava de cantar, dançar e, sobretudo, cozinhar.³⁸ Em 1956, encontra Jeannine Renée Jaouën, bretã de Roudouallec, com quem se casa no ano seguinte.



FOTO 13

Jeannine Renée Jaouën e Alexandre de Medeiros por ocasião das suas bodas, Paris, 1957.

Acervo Eve de Medeiros

38. Os propósitos sobre Alexandre e família foram recolhidos em entrevista com Eve e Francisca de Medeiros concedida a Milton Guran e Ana Maria Mauad em 15 de novembro de 2008, em Paris.

A fotografia das bodas de Alexandre e Jeannine, com o africano de pele mais clara se mostrando bastante à vontade na liturgia nupcial da sociedade francesa de então, representa bem essa bela história de amor que passou por cima das diferenças culturais e desafiou as convenções sociais de um país ainda orgulhoso do seu papel colonial. Por tudo isso, o casal enfrentou resistências tanto na França, que naqueles tempos de pós-guerra já via com desconfiança surgirem cada vez mais casamentos mistos, quanto junto à família africana, que contava com a volta do jovem engenheiro ao país para fortalecer-se social e economicamente. Vivendo sempre em Paris, Alexandre e Jeannine, firmes em suas convicções, concebem três filhas, Eve (1958) Isabelle (1960) e Francisca (1961). As visitas aos parentes africanos foram raras porém marcantes o suficiente para que as meninas, que sempre viveram em Paris, tomassem consciência da importância da sua família no contexto africano e do seu pertencimento àquelas tradições e à cultura agudá de que eram portadoras. O gosto de Alexandre para a culinária contribuiu bastante para fixar e desenvolver essa consciência das origens culturais nas suas filhas, já que ele tinha o hábito de reunir amigos franceses e africanos em torno de bem preparados pratos da culinária agudá.

Seu apreço pela própria cultura e pelos amigos lhe levou a produzir o livro a que nos referimos na abertura deste texto, segundo ele “escrito para os amigos que, depois de terem provado as suculentas iguarias de nossa terra, expressaram o desejo de poderem cozinhá-las eles mesmos”. Ainda à guisa de introdução, explica que “os portugueses e brasileiros se integraram à população [da antiga colônia do Daomé] e geraram as famílias de origem portuguesa ou brasileira que se perpetuaram dentre as grandes famílias daomeanas de hoje. É assim que uma culinária de origem portuguesa [sic] se integrou à culinária daomeana”. Em seguida, apresenta uma extensa relação de frutas e legumes e quarenta e cinco receitas, cuidadosamente descritas.

Alexandre Martin Cesário de Medeiros morreu sem ter visto seu livro publicado, em 1985, com 51 anos de idade, pouco depois do falecimento da sua esposa Jeannine.

O estudo da trajetória da família De Medeiros aponta para a dimensão plural das histórias individuais, evidenciando como a história de uma única família pode revelar tramas onde são colocadas em prática estratégias simbólicas das mais variadas, sempre atualizadas por meio dos trabalhos de memória que atravessaram gerações. Esta é uma saga que construiu pontes entre três continentes. Através dela podemos identificar, nas grandes narrativas da história geral, a importância de uma determinada comunidade – no caso, os agudás – para aproximar os tempos da memória aos da História.